



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1008379-05.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **CARLOS ROBERTO ALVES DE OLIVEIRA**
 Requerido: **FAZENDA DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Ação de Obrigação de Fazer, com pedido de tutela antecipada, proposta por **CARLOS ROBERTO ALVES DE OLIVEIRA**, representado por sua esposa **Ana Paula da Silva de Oliveira**, em face do **MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**, sob o fundamento de que padece de esclerose lateral amiotrófica, com quadro de insuficiência respiratória crônica e severa por lesão neurológica periférica, razão pela qual necessita fazer uso de um aparelho respiratório tipo BIPAP Synchrony II. Argumenta que, desde 2008, faz uso do referido aparelho, o qual lhe foi emprestado pela Associação Fundo de Incentivo à Psicofarmacologia (AFIP), em razão de contrato firmado por esta entidade com a Secretaria de Saúde Municipal. Relata que aludido contrato sofreu alterações, tendo os pacientes provenientes de municípios, com mais de cento e cinquenta mil habitantes, sido excluídos, devendo ser atendido, então, diretamente, pela Secretaria de Saúde do Município de São Carlos. Sustenta que o prazo para a devolução do aparelho expirou e, não obstante tenha feito requerimento administrativo, não obteve êxito na sua obtenção, sendo que não possui recursos financeiros para arcar com o seu custo, razão pela qual busca o provimento jurisdicional.

A inicial veio instruída com os documentos de fls. 8-35.

O Ministério Público concordou com a antecipação da tutela (fl. 39), a qual foi deferida às fls. 40-41.

O Município contestou, às fls. 52-60, sustentando, em resumo, que: I) o autor pode aguardar o prazo legal para licitação de aquisição do aparelho, ao custo médio de R\$ 16.500, com o aparelho cedido pela associação; II) cabe-lhe apenas competência residual no funcionamento do SUS, de modo que a análise e deliberação a respeito do fornecimento de equipamentos é feita pelo Centro Regional de Reabilitação de Araraquara; III) o privilégio pretendido pelo autor não tem o amparo legal desejado, pois o sistema estaria a beneficiar tratamento personalizado e prejudicar



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

aos demais usuários; IV) as despesas relacionadas na presente ação não foram previstas na LDO.

Juntou documento à fl. 62.

É O RELATÓRIO.

FUNDAMENTO E DECIDO.

O processo comporta imediato julgamento, a teor do disposto no inciso I do art. 355, do Código de Processo Civil, tratando-se de matéria de direito a ser apreciada, sendo satisfatória a prova documental já existente nos autos para apreciação das questões fáticas.

O pedido merece acolhimento.

Cabe aos Estados e Municípios terem em seu orçamento verbas destinadas ao gasto com medicamentos e acessórios necessários à saúde, para a população, cujos preços extrapolam as possibilidades econômicas dos desprovidos de rendimentos suficientes, como é o caso do autor, pelo que se observa da declaração de necessidade de fl. 8.

A questão relativa à responsabilidade solidária e ao repasse de verbas deve ser resolvida no âmbito administrativo entre o Município, o Estado e a União, que integram o Sistema Único de Saúde. A cooperação financeira entre essas entidades e a falta de recursos não pode servir de escusa para o não fornecimento de medicamento e acessórios necessários à saúde, sob pena de acarretar à população grave dano à sua saúde.

Até porque a presente questão não está ligada à viabilidade econômica do Poder Público em atender os necessitados, mas sim à necessidade de resguardar um direito do cidadão.

O direito à saúde, além de ser um direito fundamental que assiste a todas as pessoas, representa consequência constitucional indissociável do direito à vida e da dignidade da pessoa humana. O Poder Público, qualquer que seja a esfera institucional de sua atuação no plano da organização federativa brasileira, não pode mostrar-se indiferente ao problema da saúde da população, sob pena de incidir em grave comportamento inconstitucional. Com efeito, incide sobre o Poder Público a obrigação de tornar efetivas as prestações de saúde, incumbindo-lhe promover medidas preventivas e de recuperação que, fundadas em políticas idôneas, tenham por finalidade viabilizar a norma constitucional.

Não basta, portanto, que o Estado meramente proclame o reconhecimento formal de um direito, seja ele integralmente respeitado e plenamente garantido, especialmente naqueles casos em que o direito como o direito à saúde se qualifica como prerrogativa jurídica de que decorre o poder do cidadão de exigir, do Estado, a implementação de prestações positivas impostas pelo próprio ordenamento constitucional.

Além disso, a presente questão não está ligada à viabilidade econômica do Poder



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Público em atender os necessitados, mas sim à necessidade de resguardar um direito do cidadão.

Ressalte-se, ainda, que as prescrições e relatórios médicos de fls. 13 e 18 atestam a necessidade do aparelho solicitado, visto que o autor corre grave risco de falência ventilatória e óbito.

Ante o exposto, julgo o processo, com resolução do mérito, com fundamento no artigo 487, I, do Código de Processo Civil e **PROCEDENTE** o pedido, confirmando-se a tutela antecipada, para fornecimento de aparelho respiratório BIPAP, conforme prescrição de fls. 13 e 18.

O requerido é isenta de custas, nos termos da lei.

Diante da sucumbência, condeno o Município de São Carlos ao pagamento de honorários advocatícios que fixo, por equidade, em vista da repetitividade da matéria e pouca complexidade, em R\$ 110,00 (cento e dez reais), pelo fato de que a ação inicialmente foi necessária, já que houve resistência na aquisição da prótese, na esfera administrativa e o ente municipal contestou o pedido de fornecimento de estrutura para realização da cirurgia e pós operatório.

P.I.

São Carlos, 05 de outubro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**